

**CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO
A CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

**PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de mediação dos contratos de seguro do Município de Abrantes.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado por um técnico do Serviço de Gestão Patrimonial da Divisão Financeira, enquanto Gestora de Contrato.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 meses, eventualmente, prorrogável por igual período, até ao limite máximo de 36 meses, nos termos dos art.º 48º e nº 1 do art.º 440º do CCP ou até ao limite do benefício económico previsível para o prestador de serviços, indicado no nº 2 da cláusula 6ª deste caderno de encargos, se este se verificar antes dos 36 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O início do contrato conta-se a partir do dia 01 de fevereiro de 2025 ou da data de assinatura do mesmo, se esta acontecer depois e após publicitação no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos, www.base.gov.pt, sendo condição de eficácia do respetivo contrato esta publicitação.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Garantir a qualidade da prestação do serviço conforme os requisitos técnicos e níveis de serviço definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Proceder à implementação, apoio na gestão e execução dos contratos de seguro, incluindo sinistros, nos termos estabelecidos na Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro;
- c) Não alterar as condições do fornecimento previsto neste caderno de encargos;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, a sua situação comercial, com relevância para o fornecimento;
- f) Comunicar antecipadamente ao município os fatos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- g) Comunicar ao município a nomeação do gestor do cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- h) Não assumir em seu próprio nome a cobertura de riscos;
- i) Cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade seguradora e à atividade de mediação de seguros e não intervir na celebração de contratos que as violem;
- j) Assistir correta e eficientemente os contratos de seguro em que intervenha;
- k) Diligenciar no sentido da prevenção de declarações inexatas ou incompletas pelo Município de Abrantes e de situações que violem ou constituam fraude;
- l) Guardar segredo profissional, em relação a terceiros, dos factos de que tome conhecimento em consequência do exercício da atividade;
- m) Informar sobre riscos a cobrir e das suas particularidades;

- n) Informar e propor alterações relativas a âmbitos de cobertura e otimização das condições dos contratos;
- o) Informar sobre todos os fatos de que tenha conhecimento e que possam influir na regularização de sinistros;
- p) Informar, nos termos fixados por lei e respetiva regulamentação, os direitos e deveres que decorrem da celebração de contratos de seguro;
- q) Aconselhar, de modo correto e pormenorizado e de acordo com o exigível sobre a modalidade de contrato mais conveniente à transferência de risco;
- r) Não praticar quaisquer atos relacionados com um contrato de seguro sem informar previamente o Município de Abrantes e obter a sua concordância;
- s) A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 5.ª

Objecto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Abrantes, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 6.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Abrantes

Cláusula 7.^a

Obrigações do Município de Abrantes

1. Conceder ao prestador a exclusividade na mediação dos contratos de seguro que celebre durante a vigência do contrato;
2. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas as informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco inerente aos contratos a celebrar;
3. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas a título de prémio de seguro e de quaisquer outros encargos da sua responsabilidade;
4. Reunir com o prestador de serviços, sempre que tal lhe seja solicitado.

Cláusula 8.^a

Preço contratual

1. Na contratação dos serviços de mediação o benefício económico é suportado por terceiro (empresa adjudicatária dos contratos de seguro do Município de Abrantes), em função da tabela de comissionamento que o terceiro tenha em vigor à data da adjudicação., nos termos da alínea c) do nº 23º do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros, não havendo lugar por parte do Município de Abrantes ao pagamento de qualquer preço ou à atribuição de qualquer remuneração.

2. O benefício económico previsível para o prestador de serviços foi fixado no âmbito da contratação dos serviços de seguros, correspondendo a uma percentagem sobre o preço contratual da adjudicação dos contratos de seguro, sendo que este não poderá exceder os 74.999,00 € (setenta e quatro mil novecentos e noventa e nove euros), nos 36 meses de vigência do contrato.
3. O prestador de serviços deve informar anualmente o Município de Abrantes sobre qual o valor do benefício económico referido, no âmbito do contrato que venha a ser celebrado com a seguradora adjudicatária.

Cláusula 9.ª

Dever de colaboração e informação

O Município de Abrantes está vinculado pelo dever de colaboração, designadamente no que respeita à prestação de informações necessárias à boa execução do contrato, em especial, deve avisar de imediato o prestador de serviços de quaisquer circunstâncias de que tome conhecimento e que possa afetar o interesse na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé, incluindo os factos suscetíveis de constituir caso de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de quaisquer das suas obrigações.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do estipulado na cláusula 4ª, até 20% do valor anual por si recebido.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor anual por si recebido.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do Município de Abrantes, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao prestador de serviços, proceder à resolução do contrato por via judicial, nos termos da cláusula 16ª deste caderno de encargos.

2. Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a receção da respetiva notificação.

CAPÍTULO IV
CAUÇÃO e SEGUROS

Cláusula 14.ª

Execução da caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do nº 2 do art.º 88º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Seguros

1. É da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
2. O Município de Abrantes pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de dez dias.

CAPÍTULO V
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 1.ª

Especificações do serviço

1. O presente procedimento tem por objeto a contratação de um Mediador de Seguros, com base nas suas qualificações, nos termos estabelecidos na Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro, que:
 - a) Proceda à implementação, apoio na gestão e execução dos contratos de seguro objetos do Concurso Público nº 199/2024;
2. O Mediador de Seguros a contratar será mandatado pelo Município de Abrantes como seu representante, junto da seguradora adjudicatária de procedimentos de aquisição de seguros a realizar.

Cláusula 2.ª

Âmbito

1. No âmbito da implementação, apoio na gestão e execução dos contratos de seguro objetos do Concurso Público nº 199/2024 e demais procedimentos concursais, pretende-se:
 - a) Prestar apoio técnico no que respeita aos esclarecimentos de dúvidas e aconselhamento sobre questões relativas à gestão corrente da carteira de seguros;
 - b) Assegurar a mediação entre o Município de Abrantes e a seguradora na gestão de todas as apólices;
 - c) Apoiar e acompanhar na elaboração de participações e gestão de sinistros;
 - d) Apresentar relatórios fundamentados relativos a todos os casos em que a seguradora pretenda declinar a assunção de responsabilidade;
 - e) Garantir a liquidação dos recibos de estorno e indemnizações;
 - f) Apoiar na gestão das cobranças de recibos de prémios;
 - g) Acompanhar os sinistrados;

- h) Prestar aconselhamento relativamente à colocação de novos seguros a contratar, desde que não abrangidos pela proposta inicial da seguradora adjudicatária, sempre com base na análise de um número suficiente de contratos de seguro disponíveis no mercado que permita fazer uma proposta adequada às necessidades e interesses do Município de Abrantes;
- i) Apresentar um relatório anual sobre toda a gestão da carteira de seguros, numa relação de custo/benefício, índices de sinistralidade e outros dados de interesse para conhecimento do Município de Abrantes.